



Estratégia

OAB

SIMULADO INÉDITO
PARA 1ª FASE DO
XXXII EXAME DE ORDEM

PROVA OBJETIVA

Informações gerais

- Essa prova é focada na 1ª fase do XXXII Exame de Ordem da OAB;
- As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do certame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da aula em vídeo e seu gabarito.
- A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO, no canal do Estratégia OAB no YouTube, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.



Siga as nossas Redes Sociais
Estratégia OAB no YouTube
[instagram.com/estrategia OAB](https://www.instagram.com/estrategia_oab)



ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 1ª Fase em do XXXII Exame possam praticar. Por isso, é importante para nós, que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB

Roserval Júnior

Questão 1

Cristiano Rodrigues, advogado, foi acometido por doença mental considerada incurável, e foi considerado absolutamente incapaz por sentença judicial.

Nos termos das regras estatutárias, a inscrição do advogado será

- a) suspensão até laudo médico sobre a doença portada.
- b) cancelada diante da incurabilidade da doença.
- c) suspensão temporariamente para avaliação pelo Conselho Seccional.
- d) extinta, após análise realizada pelo Conselho Federal.

Questão 2

Foi constituída determinada sociedade, que definiu como uma de suas finalidades a atividade de advocacia. Seus sócios pretendem registrá-la no cartório de registro civil de pessoas jurídicas. Nessa situação, é correto afirmar, à luz da Lei n.º 8.906/1994, que o registro dessa sociedade

- a) somente seria possível se houvesse a anuência da Ordem dos Advogados do Brasil.
- b) seria possível, a depender do capital social, conforme legislação específica.
- c) não seria possível, em razão do fato de ela incluir, entre suas finalidades, a atividade de advocacia.
- d) somente seria possível se a atividade de advocacia fosse a sua única finalidade.

Questão 3

Priscilinha foi contratada por Sônia, nova cliente do escritório de advocacia. No contrato de prestação de serviço foi alertado à cliente acerca dos direitos e deveres existentes na relação cliente e advogado.

Acerca do tema, relação cliente e advogado, assinale a alternativa correta:

- a) O advogado não tem o dever de informar ao cliente, de modo claro e inequívoco, quanto a eventuais riscos da sua pretensão, e das consequências que poderão advir da demanda.
- b) Ainda que concluída a causa ou arquivado o processo, não se presume a extinção do mandato.
- c) O mandato judicial se extingue pelo decurso de tempo, salvo se o contrário for consignado no respectivo instrumento.
- d) É defeso ao advogado funcionar no mesmo processo, simultaneamente, como patrono e preposto do empregador ou cliente.

Questão 4

Maciel, recém-formado e reprovado no último exame da OAB, decide iniciar a sua carreira através de consultorias jurídicas, sob a alegação de que esta não seria uma atividade privativa dos advogados. No entanto, Maciel acabou sendo denunciado pelo exercício ilegal da profissão.

Diante desse quadro, à luz das normas estatutárias, é correto afirmar que é atividade privativa da advocacia

- a) a postulação no Juizado Especial Cível até 20 salários mínimos.
- b) a impetração de habeas corpus.
- c) a defesa em processo administrativo disciplinar.
- d) a impetração de Mandado de Segurança.

Questão 5

Renato, advogado, estimulou a instauração de litígio, afirmando a seu cliente que este poderia ganhar muito dinheiro. Com relação à situação narrada e de acordo com o Código de Ética e Disciplina da OAB:

- a) Renato não cometeu qualquer violação ao Código de Ética, pois tem dever de atuar com destemor.
- b) Renato violou o Código de Ética pois tem o dever de estimular a conciliação entre os litigantes, prevenindo a instauração de litígios sempre que possível.
- c) Caso Renato tenha informado o cliente acerca dos riscos e possíveis consequências do litígio, não terá ocorrido violação ao Código de Ética.
- d) Renato tem o dever de atuar com independência, portanto não houve violação ao Código de Ética, já que ao advogado é permitido atuar como desejar.

Questão 6

Bruno é advogado e promoveu a publicação patrocinada de uma postagem em suas páginas nas redes sociais, sem implicar o oferecimento de seus serviços, causando, porém, o envio de mensagens a diversos destinatários incertos. Em seguida, para comemorar o Natal, sua época favorita do ano, colocou luzes coloridas na porta do seu escritório.

Com base no Código de Ética da OAB, assinale a afirmativa correta.

- a) Bruno violou o Código de Ética ao enviar mensagens a destinatários incertos e não poderia colocar luzes coloridas na porta do seu escritório, por ser vedado o uso de painéis luminosos e assemelhados.
- b) O Código de Ética veda o uso da internet e de outros meios eletrônicos para veiculação de publicidade, sendo permitido seu uso apenas para fins de caráter científico ou cultural.
- c) O Código de Ética permite o uso da internet e de outros meios eletrônicos para o envio de mensagens a destinatários incertos, desde que estas não impliquem o oferecimento de serviços ou representem forma de captação de clientela.
- d) A publicidade veiculada na internet seria permitida caso não implicasse o oferecimento de serviços e não representassem forma de captação de clientela, porém o envio de mensagens deveria ser para destinatários certos. As luzes de Natal, por sua vez, não violam o Código de Ética, pois não são formas de publicidade.

Questão 7

João deseja contratar um advogado e tem dúvidas a respeito dos honorários profissionais a serem fixados pelo profissional. José, que é seu amigo e advogado, lhe informou que, com base no Código de Ética,

- a) Desde que a condição econômica do cliente seja levada em consideração, os honorários profissionais do advogado não precisam ser fixados com moderação.
- b) A possibilidade de o advogado ficar impedido de intervir em outros casos constitui seu risco profissional, não sendo motivo para fixação de honorários de valor mais elevado.
- c) Alguns dos elementos que devem ser atendidos na fixação dos honorários profissionais são o tempo a ser empregado, valor da causa, condição econômica do cliente, e os honorários podem ser diferentes caso se trate de cliente eventual, frequente ou constante.
- d) Os honorários profissionais dos advogados devem ser iguais para todos, independentemente do valor da causa ou da condição econômica do cliente.

Questão 8

Vinicius está estudando para o Exame de Ordem e perguntou ao seu professor a respeito do processo disciplinar e das competências dos Tribunais de Ética e Disciplina. O professor então afirmou, com base no Código de Ética, que

- a) A conduta de um interessado no processo disciplinar que caracterize a intenção de alterar a verdade dos fatos não contraria os princípios do Código de Ética, pois o interessado pode se defender com todos os meios disponíveis.
- b) O Advogado que tenha sofrido sanção disciplinar não poderá requerer reabilitação.
- c) Compete aos Tribunais de Ética e Disciplina suspender definitivamente o acusado, em caso de conduta suscetível de acarretar repercussão prejudicial à advocacia.
- d) O Advogado punido com sanção disciplinar pode requerer a revisão do processo em caso de erro de julgamento ou condenação com base em prova falsa.

FILOSOFIA DO DIREITO

Jean Vilbert

Questão 9

São fontes do Direito:

- a) a lei, a analogia, a religião e a moral.
- b) a moral, a ética e a analogia.
- c) a lei, a doutrina e jurisprudência e os costumes.
- d) a política, os costumes e os atos administrativos.

Questão 10

“A vontade do soberano é o próprio soberano. O soberano quer o interesse geral e, por definição, só pode querer o interesse geral”. (TOUCHARD, Jean. O “Contrato Social” e O Soberano. In: História das Ideias Políticas, quarto volume, Lisboa: Publicações Europa-América, 1970, pp. 90-92).

A soberania, segundo Rousseau, é absoluta e indissolúvel. Além disso, possui outras duas características, quais sejam:

- a) efêmera e impessoal.
- b) inalienável e infalível
- c) arbitrária e indelegável.
- d) seletiva e pactuada.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Diego Cerqueira

Questão 11

Após muitas discussões sobre a quantidade de acidentes e conflitos no trânsito, o Estado GAMA aprovou uma lei que incluiu a disciplina de formação para o trânsito nos currículos do 1º e 2º graus de ensino da rede pública estadual. Com base no ordenamento jurídico Constitucional brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) A lei é inconstitucional, visto que a competência é privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte.
- b) A lei é constitucional, trata-se de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal.
- c) A lei é constitucional, trata-se de competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- d) A lei é inconstitucional, visto que a competência é privativa dos Estados para legislar sobre trânsito e transporte.

Questão 12

O Estado T editou a Lei nº 000, de 10 de fevereiro de 2019, cujo objeto foi a criação do Município Z. Para a criação do referido Município, parte do território do Município B foi desmembrado, tendo sido realizado estudos de viabilidade municipal e consulta prévia às populações dos entes federativos envolvidos nesse evento. Após o surgimento do novo Município Z, no final de 2019, o diretório municipal de partido “Somos do Bem”, com representação no Congresso Nacional, deseja propor uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), perante o Supremo Tribunal Federal, questionando a criação do novo ente federativo. A partir do que foi descrito, assinale a alternativa correta.

- a) A lei do Estado T é inconstitucional, pois é necessária a elaboração de lei complementar federal para a produção de seus efeitos, trata-se de norma constitucional de eficácia limitada.
- b) A lei do Estado T é constitucional, pois respeitou todos os parâmetros indicados na Constituição Federal de 1988.
- c) A lei do Estado T é inconstitucional, pois é necessária a elaboração de lei complementar federal para a produção de seus efeitos, trata-se de norma constitucional de eficácia contida.
- d) A lei do Estado T é inconstitucional, pois é necessária a elaboração de lei ordinária para a produção de seus efeitos, trata-se de norma constitucional de eficácia contida.

Questão 13

Com as eleições se aproximando, o Prefeito do Município X (situado no estado-membro Y) busca resgatar a sua imagem desgastada. Na briga pela reeleição, o Prefeito começou a realizar obras públicas de embelezamento da cidade e também quadruplicou as receitas destinadas à publicidade. Entretanto, para realizar as obras, além de deixar de aplicar o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde, o Prefeito anunciou corte ainda maior nas verbas destinadas à educação e saúde para o exercício financeiro seguinte. Com base na situação apresentada, assinale a alternativa correta.

- a) É possível a intervenção estadual no município, que é ato executado pelo Chefe do Poder Executivo (Governador), independente de controle político.
- b) Não há possibilidade constitucional de intervenção, visto que as medidas tomadas pelo Prefeito encontram amparo na Constituição Federal de 1988.
- c) É possível a intervenção estadual no município, que é ato executado pelo Governador (Chefe do Poder Executivo Estadual). A própria Constituição da República estabelece o controle político a posteriori da Assembleia Legislativa do Estado sobre o Decreto de intervenção expedido pelo Governador.
- d) Há possibilidade constitucional do Município X sofrer intervenção decretada pela União.

Questão 14

João, Deputado Federal, após ser eleito, diplomado e empossado, decidiu trocar de legenda. Para isso, ele alegou que as normas que disciplinam o instituto jurídico da fidelidade partidária ainda não foram editadas no Brasil. O Deputado Federal também conseguiu convencer o Senador José, também diplomado e empossado, a trocar de legenda, com base nos mesmos argumentos. Após a mudança para outra legenda já existente, o partido a que pertenciam anteriormente decidiu pleitear, junto ao Poder Judiciário, a perda dos respectivos mandatos. Com base na situação narrada, assinale a alternativa correta.

- a) A iniciativa do partido político de reaver o mandato do Deputado Federal João tem fundamento na CRFB/88, visto que nos cargos sujeitos ao sistema proporcional, o mandato eletivo pertence ao partido político e, não, ao parlamentar. Além disso, no caso apresentado não houve a caracterização da justa causa. Já com relação ao Senador José, não tem fundamento, visto que nos cargos sujeitos ao sistema majoritário, o mandato eletivo pertence ao parlamentar e, não, ao partido político.
- b) A iniciativa do partido político de reaver o mandato do Deputado Federal João e do Senador José tem fundamento na CRFB/88, visto que os cargos pertencem ao partido político e, não, ao parlamentar.
- c) A iniciativa do partido político de reaver o mandato do Senador José tem fundamento na CRFB/88, visto que nos cargos sujeitos ao sistema proporcional, o mandato eletivo pertence ao partido político e, não, ao parlamentar. Já com relação ao Deputado Federal João, não tem fundamento, visto que nos cargos sujeitos ao sistema majoritário, o mandato eletivo pertence ao parlamentar e, não, ao partido político.

d) A iniciativa do partido político de reaver o mandato do Deputado Federal João e do Senador José não tem fundamento na CRFB/88.

Questão 15

Um projeto de lei aprovado pela Câmara dos Deputados foi encaminhado ao Senado Federal, mesmo contendo vício de iniciativa. Na Casa revisora houve uma pequena alteração: foi suprimida determinada expressão, mas foi mantido o sentido normativo objetivado pelo texto aprovado na Câmara. Então, houve o encaminhamento do projeto para o Presidente da República, que sancionou mesmo identificando que a matéria disciplinada pelo Parlamento é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. Diante dos fatos narrados, responda aos itens a seguir.

a) A não devolução do processo à Casa Iniciadora sempre configurará violação ao devido processo legislativo. Contudo, quando confirmada a usurpação do poder de iniciativa, a sanção do projeto de lei convalida o vício de inconstitucionalidade.

b) A alteração de texto não implica, necessariamente, no retorno do projeto à Casa iniciadora. A mudança do texto só impõe o retorno se houver alteração do significado normativo. Contudo, quando confirmada a usurpação do poder de iniciativa, a sanção do projeto de lei convalida o vício de inconstitucionalidade.

c) A alteração de texto não implica, necessariamente, no retorno do projeto à Casa iniciadora. A mudança do texto só impõe o retorno se houver alteração do significado normativo. Contudo, quando confirmada a usurpação do poder de iniciativa, a sanção do projeto de lei não convalida o vício de inconstitucionalidade.

d) A alteração de texto não implica, necessariamente, no retorno do projeto à Casa iniciadora. A mudança do texto só impõe o retorno se houver alteração ortográfica. Contudo, quando confirmada a usurpação do poder de iniciativa, a sanção do projeto de lei convalida o vício de inconstitucionalidade.

Questão 16

Entidade de classe Z dos servidores públicos federais acabou impetrando um mandado de segurança coletivo contra decisão proferida por um Diretor Geral de um órgão público federal. De acordo com a referida entidade, na decisão administrativa não foram considerados os direitos previstos constitucionalmente. O Diretor Geral reconheceu que a questão sobre a existência ou não do direito em discussão envolvia grande complexidade jurídica. Além disso, esclareceu que, mesmo havendo a aplicação do direito almejado por parte de alguns órgãos públicos, ainda sim havia discussão sobre a matéria. Tendo em vista a ordem jurídica constitucional brasileira, bem como o entendimento dos Tribunais, marque a alternativa correta.

a) A existência de dúvida sobre matéria de direito impede a movimentação do Judiciário pela via de mandado de segurança. A entidade de classe tem legitimação para o MS, ainda quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria.

b) A existência de dúvida sobre matéria de direito impede a movimentação do Judiciário pela via de mandado de segurança. A entidade de classe não tem legitimação para o MS quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria.

c) A existência de dúvida sobre matéria de direito não impede a movimentação do Judiciário pela via de mandado de segurança. A entidade de classe tem legitimação para o MS, ainda quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria.

d) A existência de dúvida sobre matéria de direito não impede a movimentação do Judiciário pela via de mandado de segurança. A entidade de classe não tem legitimação para o MS quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria.

Questão 17

Robson, advogado com longos anos de carreira, resolve concorrer a vaga de magistrado surgida no Tribunal de Justiça Y, tendo apresentado o seu currículo para a Ordem dos Advogados do Brasil, que o incluiu na lista de advogados. Mesma situação ocorreu com a lista escolhida pelo Tribunal de Justiça. À luz das normas constitucionais, assinale a alternativa correta.

a) Um terço das vagas dos tribunais são destinadas aos membros do Ministério Público e da Advocacia, com notório saber, reputação ilibada, com mais de dez anos de atividade profissional. A seccional da OAB indicará os candidatos em lista sêxtupla, dentre advogados com mais de dez anos, cabendo ao Tribunal de Justiça votar uma lista tríplice que será enviada ao chefe do poder executivo estadual. A competência para a nomeação será do Governador do Estado.

b) Um quinto das vagas dos tribunais são destinadas aos membros do Ministério Público e da Advocacia, com notório saber, reputação ilibada, com mais de dez anos de atividade profissional. Ou seja, o percentual é de 10% para advogados. A seccional da OAB indicará os candidatos em lista sêxtupla, dentre advogados com mais de dez anos, cabendo ao Tribunal de Justiça votar uma lista tríplice que será enviada ao chefe do poder executivo estadual. A competência para a nomeação será do Presidente da República.

c) Um terço das vagas dos tribunais são destinadas aos membros do Ministério Público e da Advocacia, com notório saber, reputação ilibada, com mais de dez anos de atividade profissional. A seccional da OAB indicará os candidatos em lista sêxtupla, dentre advogados com mais de dez anos, cabendo ao Tribunal de Justiça votar uma lista tríplice que será enviada ao chefe do poder executivo estadual. A competência para a nomeação será do Presidente da República.

d) Um quinto das vagas dos tribunais são destinadas aos membros do Ministério Público e da Advocacia, com notório saber, reputação ilibada, com mais de dez anos de atividade profissional. Ou seja, o percentual é de 10% para advogados. Além disso, a seccional da OAB indicará os candidatos em lista sêxtupla, dentre advogados com mais de dez anos, cabendo ao Tribunal de Justiça votar uma lista tríplice que será enviada ao chefe do poder executivo estadual. A competência para a nomeação será do Governador do Estado.

DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

Questão 18

Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos podem ser incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro com diferentes forças normativas. Durante a aula de Direitos Humanos, um aluno questionou ao professor se o Brasil já havia incorporado algum tratado com status de norma constitucional. O professor respondeu corretamente que:

- a) Não é possível a incorporação de tratado ou convenção internacional sobre direitos humanos com status constitucional, apenas infraconstitucional, como lei ordinária ou lei complementar.
- b) A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 é um exemplo de tratado sobre direitos humanos equivalente às emendas constitucionais.
- c) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais, a exemplo do Tratado de Marraqueche.
- d) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais, a exemplo do Pacto de San José da Costa Rica.

Questão 19

José sempre foi muito participativo da vida política do país: organizava e participava de manifestações, viajava para congressos, movimentava a juventude de sua cidade e proferia discursos firmes em praça pública. Com o passar do tempo, José deixou a participação nas ruas, mas manteve-se atuante via internet: criou um site e, com frequência, enviava conteúdo para os amigos nas redes sociais. Com base na liberdade de pensamento e de expressão assegurada na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, assinale a alternativa correta:

- a) Embora não seja possível a censura, a lei deve proibir toda propaganda de José que seja favorável à guerra ou faça apologia ao ódio nacional, racial ou religioso.
- b) Caso José decida produzir e exibir um espetáculo público, a lei não poderá submeter tal expressão artística a qualquer forma de censura prévia.
- c) A lei poderá estabelecer canais específicos de comunicação para que José expresse suas ideias e posições políticas.
- d) A depender do conteúdo das manifestações de José, ele poderá ser responsabilizado prévia ou posteriormente, visando o respeito aos direitos ou à reputação das pessoas.

DIREITO INTERNACIONAL

Vanessa Arns

Questão 20

Sobre o sistema de regulação de investimentos e fluxo de capital estrangeiro no atual ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil, assinale a afirmativa incorreta.

- a) É vedada a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, uma vez que sua propriedade é privativa de brasileiros natos.
- b) É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país, salvo nos casos previstos em lei.
- c) O sistema financeiro nacional será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.
- d) Os investimentos de capital estrangeiro, o incentivo aos reinvestimentos e a regulação à remessa de lucros serão disciplinados em lei, tendo por base o interesse nacional.

Questão 21

Rafael é brasileiro naturalizado e casado com Letícia, de nacionalidade italiana. Rafael foi transferido pela empresa onde trabalha para a filial na Argentina, estabelecendo-se com sua esposa em Córdoba. Em 02/03/2009, lá nasceu Valentina, filha do casal, que foi registrada na repartição consular do Brasil.

De acordo com as normas constitucionais vigentes, assinale a afirmativa correta.

- a) Valentina não pode ser considerada brasileira nata, em virtude de a nacionalidade brasileira de seu pai ter sido adquirida de modo derivado e pelo fato de sua mãe ser estrangeira.
- b) Valentina é brasileira nata, pelo simples fato de seu pai, brasileiro, se ter deslocado por motivo de trabalho, em nada influenciando o modo como Rafael adquiriu a nacionalidade.
- c) Valentina somente será brasileira nata se vier a residir no Brasil e fizer a opção pela nacionalidade brasileira após atingir a maioridade.
- d) Valentina é brasileira nata, não constituindo óbice o fato de seu pai ser brasileiro naturalizado e sua mãe, estrangeira.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Rodrigo Martins

Questão 22

Suponha que a União venha a instituir, na iminência de uma guerra externa, o IEG – Imposto Extraordinário de Guerra, tendo como fato gerador a circulação de mercadorias e serviços. Com base nos dados apresentados, é correto afirmar que esse imposto deve ser considerado:

- a) Inconstitucional, pois o IEG não pode ter o mesmo fato gerador de um imposto que não é da competência tributária da União.
- b) Constitucional, pois o IEG pode ter o mesmo fato gerador de um imposto que não é da competência tributária da União.
- c) Inconstitucional, pois esse imposto não pode ser instituído pela União.
- d) Constitucional, desde que tenha sido instituído por meio de Lei Complementar.

Questão 23

João, contribuinte do IRPF – Imposto sobre a Renda da Pessoa Física está obrigado a entregar, anualmente, à Receita Federal do Brasil, sua Declaração do Imposto de Renda, bem como a pagar o imposto devido, apurado na declaração entregue. As duas obrigações a que se submete João nessa situação são denominadas, respectivamente:

- a) Denúncia espontânea e acessória.
- b) Retificação de lançamento e principal.
- c) Acessória e principal.
- d) Acessória e homologação do lançamento.

Questão 24

Carlos é Engenheiro Civil residente e domiciliado no Brasil e foi contratado por uma empresa italiana para projetar e acompanhar a execução de uma obra nos Estados Unidos da América, onde esteve entre fevereiro de 2018 e maio de 2019 para cumprir tal contrato. Como remuneração recebia USD 20.000,00 (vinte mil Dólares Americanos) ao mês, que eram depositados pela empresa italiana contratante em banco americano, nos Estados Unidos da América. Partindo do pressuposto de que não há qualquer Tratado Internacional sobre tributação entre os países citados, é correto afirmar que:

- a) Carlos pagará Imposto de Renda no Brasil, em cumprimento ao Princípio da Universalidade.
- b) É inconstitucional a incidência de um tributo brasileiro sobre valor recebido em território estrangeiro, relativo a serviço prestado no exterior, sob pena de violação à soberania daquele país.
- c) Carlos pagará Imposto de Renda no Brasil, em cumprimento ao princípio da Progressividade.

d) Carlos pagará Imposto de Renda na Itália, onde se localiza a fonte pagadora, independentemente de onde o serviço foi realizado, em respeito à soberania daquele país.

Questão 25

Julinho, colecionador de carros de luxo, importou pessoalmente o último modelo de um veículo superesportivo para integrar a sua coleção. Ao tentar retirar o veículo no desembarço aduaneiro, foi surpreendido com a exigência dos seguintes impostos: Imposto e Importação (II), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Sobre essas exigências, é correto afirmar que:

- a) É inconstitucional a cobrança do ICMS por ocasião do desembarço aduaneiro em relação a importação feita por pessoa física, pois as pessoas físicas não são contribuintes desse imposto.
- b) É inconstitucional a cobrança simultânea do II e do IPI, pois tal situação configura *bis in idem*.
- c) É inconstitucional a cobrança do IPI por ocasião do desembarço aduaneiro em relação a importação feita por pessoa física, pois as pessoas físicas não são contribuintes desse imposto.
- d) Os três impostos são devidos

Questão 26

A pessoa jurídica ABC é contribuinte do IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados. Mensalmente ela faz a apuração do imposto devido e o montante a pagar sempre corresponde ao resultado da diferença a maior, ao final do mês, entre o imposto referente aos produtos saídos do seu estabelecimento e o pago relativamente aos produtos nele entrados. A apuração do imposto na forma em questão decorre da aplicação do princípio da:

- a) Seletividade.
- b) Progressividade.
- c) Irretroatividade.
- d) Não-cumulatividade.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Igor Maciel

Questão 27

Uma terra era ocupada por indígenas até o final de 1987, quando foram expulsos por fazendeiros. Os conflitos possessórios entre os fazendeiros e os indígenas que ocupavam as terras anteriormente, duraram por muitos anos, quando foi decidido que, as referidas terras não eram consideradas indígenas, já que, quando da promulgação da Constituição Federal, em 05/10/1988, os índios não estavam na posse da área. Sobre a situação, é correto afirmar:

- a) As terras não são bens da União, já que, as disposições da Constituição Federal, sobre as terras tradicionalmente ocupadas por índios, não alcançam terras de aldeamentos extintos, ainda que ocupadas por indígenas em passado remoto.
- b) As terras são bens da União, pois consideradas tradicionalmente ocupadas pelos índios, apesar de eles não estarem na posse no momento da promulgação da Constituição Federal, houve renitente esbulho.
- c) As terras são bens da União, ainda que os indígenas não estivessem na posse quando da promulgação da Constituição Federal, pois, mesmo os aldeamentos extintos, são considerados terras tradicionalmente ocupadas por índios.
- d) As terras não são bens da União, eis que, os indígenas não estavam na posse no momento da promulgação da Constituição Federal.

Questão 28

A fundação pública PRESERVAR, entidade sem fins lucrativos, cujo objetivo social tem a finalidade de defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável, pretende firmar parceria com o Poder Público, para se qualificar como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e ampliar ainda mais o seu trabalho com a preservação do meio ambiente. Diante da situação, assinale a afirmativa correta.

- a) A fundação pública não poderá ser qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, pois somente as entidades privadas com fins lucrativos que executam atividades de interesse público podem receber tal qualificação.
- b) O Poder Público poderá firmar um Termo de Parceria com a fundação pública, podendo esta, ser qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, pois atende os requisitos exigidos em Lei.
- c) A fundação pública não poderá ser qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, pois, apesar de atender o objetivo social exigido em lei, somente entidades privadas sem fins lucrativos podem receber essa qualificação, atendidos os demais requisitos exigidos.
- d) O Poder Público poderá firmar um Termo de Parceria com a fundação pública, mas esta não poderá ser qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, apenas como Organização Social.

Questão 29

Marcos, servidor público, foi flagrado desviando uma grande quantia de verbas públicas do órgão a que era vinculado. Ao ser instaurado processo administrativo disciplinar, por liberalidade, não teve defesa técnica por advogado, apresentando seus próprios argumentos, baseado no sequestro de sua família, onde foi obrigado a conseguir uma grande quantia em dinheiro para salvar-lhes a vida, sendo este o motivo do desvio das verbas públicas. Sobre a situação, é correto afirmar que

- a) O sequestro da família de Marcos não poderá ser usado para diminuir a intensidade da aplicação da pena, eis que, não há possibilidade de atenuantes em processo administrativo disciplinar.
- b) A falta de defesa técnica por advogado não anula o processo administrativo disciplinar, pois resultante da liberalidade do servidor, que pode acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador.
- c) O sequestro da família de Marcos, poderá ser usado como atenuante na aplicação da pena no processo administrativo disciplinar. Contudo, o processo administrativo disciplinar deve ser anulado, já que não houve defesa técnica apresentada por advogado.
- d) A responsabilidade administrativa de Marcos será afastada, devido ao sequestro de sua família.

Questão 30

Um agente público, trabalhando em uma instalação nuclear, causou um acidente que atingiu um pequeno povoado. Neste caso

- a) A responsabilidade civil do Estado é objetiva, mas a responsabilidade do agente público é subjetiva, devendo ser comprovada sua culpa para a responsabilização do Estado.
- b) Neste caso, aplica-se a teoria do risco administrativo, devendo o Estado ser responsabilizado independentemente da comprovação de culpa.
- c) A responsabilidade do Estado é subjetiva, devendo ser comprovada a sua culpa no acidente causado pelo seu agente.
- d) Neste caso, aplica-se a teoria do risco do integral, não havendo a possibilidade de alegação de excludentes do dever de indenizar.

Questão 31

Uma sociedade estrangeira com filial em território brasileiro, através de seu funcionário de confiança, entrou em contato com um agente público da administração indireta, com o intuito de fraudar um processo licitatório, oferecendo uma grande quantia em dinheiro tanto. Conforme a Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013), assinale a alternativa correta

- a) No caso, não é possível a aplicação da Lei Anticorrupção, eis que, o ato ilícito foi praticado por sociedade estrangeira, e a referida lei aplica-se apenas as pessoas nacionais.
- b) Os dirigentes da sociedade estrangeira serão responsabilizados de forma objetiva pelo ato.
- c) Em caso de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária da sociedade estrangeira, a sua responsabilidade subsistirá.
- d) O caso não se enquadra na Lei Anticorrupção, já que, apenas o atos de prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada, são considerados lesivos a administração pública.

Questão 32

Devido a uma pandemia que atingiu o mundo, uma cidade do interior do Ceará não possui mais unidades hospitalares disponíveis para atender os pacientes contaminados com o vírus. Diante da situação, o ente público pretende desapropriar algumas propriedades com urgência para fazer instalações hospitalares. Diante da situação, é correto afirmar que

- a) A desapropriação será feita por utilidade pública, sem a necessidade de prévia e justa indenização em dinheiro.
- b) A desapropriação será feita por necessidade pública, mediante prévia e justa indenização em dinheiro.
- c) A desapropriação será feita por necessidade pública, sendo a indenização paga por título da dívida pública.
- d) A desapropriação será feita por interesse social, mediante indenização prévia e justa indenização em títulos da dívida pública.

DIREITO AMBIENTAL

Rosenval Júnior

Questão 33

Rosenval, proprietário de um imóvel rural no Estado de Minas Gerais, possui uma belíssima nascente em seu sítio Recanto dos Pássaros.

Sobre o instituto da APP, de acordo com o Novo Código Florestal (Lei n. 12.651/2012), assinale a afirmativa que contém a orientação correta sobre o regime de Proteção das Áreas de Preservação Permanente:

- a) São áreas de preservação permanente as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 30 metros.
- b) Não é permitido o acesso de pessoas e animais às Áreas de Preservação Permanente para obtenção de água e para realização de atividades de baixo impacto ambiental.
- c) A supressão de vegetação nativa protetora de nascentes somente poderá ser autorizada em caso de interesse social.
- d) A vegetação situada em Área de Preservação Permanente deverá ser mantida pelo proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado.

Questão 34

De acordo com o artigo 225, §1º, III, da CF/88, incumbe ao Poder Público definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.

Sobre as unidades de conservação e as disposições da Lei 9.985/00 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC), assinale a alternativa correta:

- a) As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas: Unidades de Proteção Integral; e Unidades de Preservação Permanente.
- b) O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas áreas de preservação permanente e pelas reservas legais.
- c) O Parque Nacional é uma unidade de uso sustentável e tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas.
- d) A Área de Proteção Ambiental (APA), unidade de conservação de uso sustentável, pode ser constituída por terras públicas ou privadas, sendo uma área em geral extensa, com um certo

grau de ocupação humana, criada por ato do Poder Público. A criação da APA deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública e a unidade deverá dispor de um plano de manejo.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

Questão 35

Arnaldo é engenheiro e mora com sua esposa e seu filho, menor de idade, no Município X. Ele está trabalhando em uma obra no Município Y e lá fica sozinho, instalado de dois a três dias na semana, em uma casa alugada pela empresa em que trabalha. Nas férias da família, eles costumam ir para uma casa de campo no Município Z. Certo dia, Arnaldo e a esposa sofreram um acidente e ficaram hospitalizados, em coma. A mãe de Arnaldo, que mora no Município K, foi nomeada curadora do casal e tutora do filho menor. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) Após o acidente, o domicílio do menor continua sendo o Município X.
- b) Antes do acidente, o Município Y não era considerada domicílio de Arnaldo.
- c) Antes do acidente, o Município Z era considerado domicílio de Arnaldo.
- d) Antes do acidente, apenas o Município X era considerado domicílio da esposa de Arnaldo.

Questão 36

Rogério e Rui viajaram para a praia e decidiram pedir a lancha do amigo Bruno emprestada, comprometendo-se solidariamente a devolvê-la em cinco dias. Porém, Rui, sem habilitação para pilotar o veículo, e dirigindo acima do limite de velocidade permitido, bateu com a lancha em uma pedra, causando perda total. Diante dessa situação, Bruno poderá:

- a) exigir de cada um dos devedores metade do valor da lancha, além de perdas e danos.
- b) exigir de qualquer deles a totalidade do valor da lancha, e mais perdas e danos.
- c) exigir, de qualquer deles, a totalidade do valor da lancha, e, de Rui, perdas e danos.
- d) exigir, de cada um dos devedores, metade do valor da lancha, e de Rui, perdas e danos.

Questão 37

Álvaro celebrou contrato de prestação de serviços de advocacia com Joaquim, de modo que este prestou consultorias, redigiu procurações e contratos, entre outras atividades. Certo dia, Álvaro conversando com um amigo em comum, descobriu que Joaquim não era advogado, não possuía registro na OAB, e portanto, não tinha licença para exercer a profissão. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) A retribuição deve ser paga à Joaquim depois de prestado o serviço, ainda que, por convenção, ou costume, houver de ser adiantada, ou paga em prestações.
- b) Joaquim não poderá cobrar a retribuição normalmente correspondente ao trabalho executado, salvo se tiver resultado benéfico para Álvaro, caso em que o juiz atribuirá uma compensação razoável, independente de boa-fé.

c) Joaquim não poderá cobrar a retribuição normalmente correspondente ao trabalho executado, salvo se resultou benefício para Álvaro, caso em que o juiz atribuirá uma compensação razoável, desde que tenha agido com boa-fé.

d) Joaquim poderá cobrar a retribuição normalmente correspondente ao trabalho executado, se realizou as atividades devidamente, pois resultaram em benefício para Álvaro.

Questão 38

Carla celebrou um contrato de compra e venda com Marcela que teve por objeto determinado terreno certo e discriminado, localizado na Rua Retilínea, nº 100. Segundo o contrato, Carla deveria pagar o preço de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) à Marcela pelo terreno, que tinha como extensão 300 m². Havia ainda uma cláusula contratual prevendo que a descrição do imóvel era meramente enunciativa, e não constava expressamente do contrato que a venda seria *ad corpus*. Finalizada a venda, Carla realizou a topografia no imóvel e descobriu que o terreno tinha uma extensão real de 270 m². Diante dessa situação, é correto afirmar:

a) Carla terá o direito de exigir o complemento da área, e, não sendo isso possível, o de reclamar a resolução do contrato ou abatimento proporcional ao preço.

b) Carla terá o direito de exigir o complemento da área, ou reclamar a resolução do contrato ou abatimento proporcional ao preço, além de indenização por perdas e danos.

c) Carla não poderá exigir o complemento de área, mas apenas a devolução de excesso, uma vez que foi apenas enunciativa a referência às suas dimensões.

d) Carla não poderá exigir o complemento de área, nem devolução de excesso, pois o imóvel foi vendido como coisa certa e discriminada, tendo sido apenas enunciativa a referência às suas dimensões, ainda que não conste, de modo expresso, ter sido a venda *ad corpus*.

Questão 39

Quando ainda eram amigas, Emília fez um empréstimo de dez mil reais a Liana, que assinou uma nota promissória a qual seria resgatada quando do pagamento dos valores. Após as duas romperem relações em razão de uma briga, na data estipulada para o pagamento, Liana o fez mediante depósito na conta corrente da credora. Emília, contudo, enviou um bilhete para Liana informando que rasgaria a nota promissória. Em seguida, cobrou judicialmente Liana, visando receber os valores descritos na nota promissória. Diante dessa situação, é correto afirmar:

a) Emília ficará obrigada a pagar à Liana o equivalente do que dela exigir, salvo se houver prescrição.

b) Se Emília desistir da ação antes de contestada a lide não terá que pagar à Liana o equivalente do que dela exigir, resguardado à Liana o direito de haver indenização por algum prejuízo que prove ter sofrido.

c) Emília ficará obrigada a pagar à Liana o dobro do que houver cobrado, independente de prescrição.

d) Se Emília desistir da ação antes de contestada a lide não terá que pagar à Liana o equivalente ao dobro do que houver cobrado, resguardado à Liana o direito de haver indenização por algum prejuízo que prove ter sofrido.

Questão 40

Sebastião e Sandra são pais de Priscila. Eles nunca casaram-se ou conviveram maritalmente, de modo que a guarda de Priscila era da mãe e o pai sempre pagou pensão alimentícia em dia. Quando a garota completou dezoito anos, Sebastião ficou desempregado e parou de pagar a pensão alimentícia, logo em seguida, sem prévia autorização judicial. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) A maioria faz cessar a necessidade de alimentos, independentemente da situação econômica do alimentado e do alimentante.
- b) O cancelamento dos alimentos da filha que atingiu a maioria deverá ser requerido em ação autônoma, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- c) O cancelamento de pensão alimentícia da filha que atingiu a maioria está sujeito à decisão judicial, mediante contraditório, ainda que nos próprios autos.
- d) O desemprego do alimentante e a maioria do alimentando faz cessar a possibilidade e a necessidade do pagamento da pensão alimentícia.

Questão 41

Luísa faleceu sem deixar filhos, mas deixando Pablo, com quem era casada no regime de comunhão parcial de bens. Deixou ainda sua mãe, Matilde, e sua irmã, Lourdes. Diante dessa situação, é correto afirmar que:

- a) Pablo e Matilde herdarão metade do patrimônio, cada um.
- b) Pablo, Matilde e Lourdes herdarão, cabendo 1/3 do patrimônio à cada um.
- c) Pablo herdará a totalidade do patrimônio.
- d) Pablo herdará 1/3 do patrimônio e Matilde herdará os 2/3 restantes.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

Questão 42

Alberto tem 18 anos e é estudante de Medicina, Bruno tem 20 anos e é acadêmico de Engenharia Civil e Caio, com 25 anos, é advogado. Os três amigos, reconhecidos publicamente por sua idoneidade moral, decidem candidatar-se nas eleições para o Conselho Tutelar de sua cidade. Considerando as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente sobre o Conselho, assinale a alternativa correta:

- a) Alberto e Bruno não poderão ser candidatos, pois, tendo em vista que o Conselho tutelar é um órgão permanente, autônomo e jurisdicional, apenas Caio, com formação jurídica, poderá candidatar-se.
- b) O Estatuto não impõe qualquer óbice à candidatura de Alberto, Bruno e Caio.
- c) Com base na situação apresentada, apenas Caio poderá candidatar-se ao Conselho Tutelar.
- d) O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegura todos os direitos trabalhistas, a exemplo do pagamento de horas extras, aos conselheiros.

Questão 43

Marina, com 14 anos, está em um programa de acolhimento institucional e demonstrou interesse em participar do programa de apadrinhamento. Ao ler sobre o tema, Marina ficou ciente que:

- a) O apadrinhamento consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico e cognitivo e educacional, não abarcando o aspecto financeiro.
- b) Qualquer pessoa, a partir dos 16 (dezesesseis) anos de idade, poderá ser padrinho ou madrinha, desde que não inscritas nos cadastros de adoção e cumpram os requisitos do programa de apadrinhamento de que fazem parte.
- c) O apadrinhamento só poderá ser realizado por pessoas físicas.
- d) Marina, caso apresente remota possibilidade de reinserção familiar, terá prioridade no programa de apadrinhamento.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

Questão 44

João, dentista, realizou um procedimento cirúrgico em Marcelo. Ocorre que, após alguns dias, Marcelo começou a sentir muitas dores na boca e acabou perdendo o movimento do lado esquerdo do rosto. Devido ao acontecimento, sem saber a causa da complicação, Marcelo entrou uma ação contra João, requerendo indenização por danos morais e estéticos. Sobre o caso, é correto afirmar que

- a) Não é possível a cumulação dos pedidos de danos morais e estéticos, uma vez que, ambos são danos imateriais.
- b) João deverá ser responsabilizado apenas se comprovada a sua culpa.
- c) Houve vício na prestação do serviço, devendo Marcelo ser indenizado, independentemente da comprovação de culpa de João, já que sua responsabilidade é objetiva.
- d) João responderá pelos danos causados a Marcelo, pois o Código de Defesa do Consumidor não admite excludentes de responsabilidade.

Questão 45

Magda, firmou um contrato de prestação de serviços com a pessoa jurídica Quebrados, para a colocação de portas e janelas de vidro em sua residência. No contrato, a Quebrados estabeleceu que, a garantia do serviço era de trinta dias, em caso de vícios de fácil constatação, não podendo haver reclamações após esse período. Estabeleceu também que, caso houvesse algum problema na prestação do serviço, caberia a Magda provar o ocorrido. Ainda, de comum acordo, determinaram a utilização da arbitragem. Sobre o contrato, assinale a afirmativa correta

- a) As cláusulas do contrato são abusivas, primeiro porque a garantia dada pela lei para vícios de fácil constatação de produtos duráveis é de noventa dias, não podendo o contrato prever um prazo inferior. Segundo, o fornecedor não pode estabelecer a inversão do ônus da prova em desfavor do consumidor. Terceiro, o contrato não pode determinar o uso da arbitragem, ainda que de comum acordo.
- b) Apenas a cláusula que estabelece o prazo de trinta dias para reclamações de vícios de fácil constatação é considerada abusiva, estando as demais de acordo com a lei.
- c) As cláusulas que estabelecem o prazo menor para a reclamação de vícios de fácil constatação e a que prevê a inversão do ônus da prova em desfavor do consumidor, são consideradas abusivas.
- d) Mesmo que Magda fosse consumidora pessoa jurídica, a responsabilidade por possíveis vícios, não poderia ser limitada, ainda que em situações justificáveis.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

Questão 46

Segundo a legislação e jurisprudência pacificada acerca das falências e recuperações, entende-se por principal estabelecimento o;

- a) lugar da sede da empresa.
- b) local onde está assentado o ponto empresarial.
- c) local onde está o maior volume de negócios do empresário.
- d) lugar onde o empresário centraliza as suas atividades e a administração de seu negócio.

Questão 47

Em razão do não pagamento de obrigação líquida relativa ao fornecimento de insumos para certo empresário agora falido, o credor deverá:

- a) ajuizar ação de conhecimento.
- b) apresentar habilitação de crédito na falência.
- c) aguardar o encerramento da falência para realizar qualquer cobrança.
- d) ajuizar ação executiva por título extrajudicial.

Questão 48

Na omissão do contrato social, a cessão de quotas da sociedade limitada de um sócio para outro sócio da mesma sociedade:

- a) só é válida se for assegurada aos demais sócios a preferência de adquirir as quotas em idênticas condições às oferecidas pelo sócio adquirente.
- b) depende da audiência prévia dos demais sócios para se aperfeiçoar.
- c) é eficaz quanto à sociedade na data da celebração do contrato de cessão, desde que firmada por todos os sócios.
- d) é oponível a terceiros na data da averbação do instrumento correspondente.

Questão 49

A letra de câmbio, que não contenha expressamente a cláusula à ordem:

- a) É transmissível por via de endosso, só não o sendo em caso do sacador ter inserido no título as palavras “não à ordem”;
- b) Não pode ser transmitida por via de endosso, sendo transmissível apenas pela forma e com os efeitos de uma cessão ordinária de créditos;
- c) Só pode ser endossada com a aceitação expressa do sacador;
- d) É transmissível por endosso, mas o endossante, via de regra, não se torna garantidor do pagamento da letra.

Questão 50

A sociedade por ações:

- a) Pode ser simples ou empresária, dependendo de seu objeto social;
- b) Não é simples e tampouco empresária. Trata-se de um terceiro tipo societário sui generis, previsto em lei especial;
- c) Independentemente de seu objeto é sempre considerada empresária;
- d) Será sempre simples, com capital social dividido em ações e responsabilidade dos sócios limitada ao preço de emissão.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

Questão 51

Jorge é proprietário de uma pequena casa na periferia de São Paulo – SP. No entanto, há anos mora em Recife – PE, onde reside toda sua família. Recentemente, recebeu a notícia de que sua casa teria sido invadida e, com isso, decidiu ajuizar a ação cabível. Nesse caso:

- a) A ação poderá ser proposta em Recife – PE, onde atualmente José reside.
- b) A ação poderá ser proposta no foro de domicílio do réu.
- c) Por tratar-se de ação possessória imobiliária, esta deverá ser proposta no foro de situação da coisa (São Paulo – SP), cujo juízo tem competência absoluta.
- d) Por tratar-se de ação possessória imobiliária, esta poderá ser proposta no foro de situação da coisa (São Paulo – SP) ou no foro de domicílio do réu, posto que a competência é territorial (relativa).

Questão 52

Patrícia e Rubens são casados e, numa conversa informal, o marido disse à esposa que, para mover qualquer ação judicial, seria necessária a sua concordância. Sobre o tema, pode-se afirmar que:

- a) Rubens está correto e Patrícia necessitará da outorga marital para ajuizar qualquer ação.
- b) Rubens está errado pois Patrícia só necessitará de consentimento para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, independente do regime de bens adotado no matrimônio.
- c) Se Patrícia e Rubens não fossem casados, mas tivessem uma relação estável, não haveria necessidade de qualquer consentimento para a propositura de ações.
- d) A informação dada por Rubens está incorreta pois o consentimento do cônjuge só é necessário para propor ação que verse sobre direito real imobiliário e desde que não sejam casados sob o regime de separação absoluta de bens.

Questão 53

Paulo, parte em uma ação indenizatória, recusou-se ao cumprimento das decisões jurisdicionais e criou diversos embaraços à sua efetivação. Por essa razão, Paulo foi multado. Considerando o Código de Processo Civil, pode-se afirmar que:

- a) A multa por litigância de má-fé será aplicada de ofício ou a requerimento da parte e deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa.
- b) A multa por ato atentatório à dignidade da justiça será de até vinte por cento do valor da causa, considerando-se a gravidade da conduta.
- c) A multa por litigância de má-fé, se a causa for de valor irrisório ou inestimável, poderá ser fixada conforme o livre arbítrio do juiz.
- d) A multa por ato atentatório à dignidade da justiça será paga à parte contrária e, não sendo paga no prazo fixado pelo juiz, será inscrita como dívida ativa da União ou do Estado após o trânsito em julgado da decisão que a fixou.

Questão 54

Ana e Beatriz, amigas e clientes fiéis do Salão Sempre Bela, por um erro de procedimento, perderam todo o cabelo. Conversando com Carol, as amigas decidiram ajuizar uma ação por danos materiais e morais por todo o ocorrido. Considerando a situação, pode-se afirmar que:

- a) Ana e Beatriz deverão ajuizar ações judiciais separadas contra o Salão Sempre Bela.
- b) Ana e Beatriz poderão ajuizar uma única ação, em litisconsórcio, sendo consideradas, quanto ao Salão Sempre Bela, como litigantes únicas, independente da modalidade de litisconsórcio configurado.
- c) Se formarem litisconsórcio, as amigas têm o direito de promover o andamento do processo mesmo se uma não o fizer e deverão ser intimadas dos respectivos atos.
- d) A formação do litisconsórcio depende exclusivamente da vontade das partes.

Questão 55

Thiago, exímio cozinheiro desde a infância, decidiu mudar de profissão e montar uma pizzaria. No entanto, Thiago nunca levou jeito para administrar suas próprias contas e, com o passar dos anos, apesar do sucesso do empreendimento, as dívidas foram se acumulando e as movimentações financeiras da empresa acabaram por misturar-se com as transações pessoais de seu proprietário. Inconformado, um dos credores ajuizou uma ação de cobrança requerendo, cumulativamente, a desconsideração da personalidade jurídica. Nesse caso:

- a) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica só poderá ser instaurado a pedido da parte, sendo vedada a sua instauração *ex officio* ou a requerimento do Ministério Público.
- b) O pedido de desconsideração da personalidade jurídica deverá observar os pressupostos da legislação material, não sendo possível aplicar o Código de Processo Civil à desconsideração inversa por tratar-se de uma criação doutrinária e jurisprudencial sem fundamento legal.
- c) O incidente de desconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial e, no caso apresentado, não haverá desconsideração incidental, mas pedido a ser decidido por sentença.
- d) A decisão da desconsideração da personalidade jurídica é impugnável apenas por apelação.

Questão 56

João e Pedro têm verdadeira aversão ao Poder Judiciário e, por esse motivo, decidiram estipular mudanças no procedimento para que este fosse o mais célere possível. Desse modo, estabeleceram que após a apresentação da contestação, o juiz proferiria sentença, sem os demais atos do trâmite processual. Diante da situação apresentada:

- a) O negócio jurídico processual pode ser celebrado antes ou durante o processo, desde que os direitos admitam autocomposição, as partes sejam plenamente capazes e as mudanças no procedimento visem ajustá-lo às especificidades da causa.
- b) O negócio jurídico processual só pode ser celebrado antes do processo e, após a sua elaboração, deverá ser submetido à apreciação judicial.
- c) O juiz poderá controlar a validade das convenções entre as partes se assim requerido, sendo-lhe vedado atuar *ex officio* nesse sentido.
- d) Considerando que as partes são plenamente capazes, não há qualquer óbice à inserção abusiva em contratos de adesão.

Questão 57

O juízo de 1º grau proferiu sentença acolhendo todos os pedidos formulados pelo autor. O réu, inconformado, mas sem encontrar como apelar da sentença, opôs embargos de declaração alegando obscuridade. A decisão do recurso foi também embargada com a mesma fundamentação. Com base na situação descrita, assinale a alternativa correta:

- a) Os embargos de declaração não possuem efeito suspensivo e suspendem o prazo para a interposição recursal.
- b) Não há qualquer limitação à oposição de sucessos embargos de declaração.
- c) Quando manifestamente protelatórios, o juiz ou tribunal, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente a dois por cento sobre o valor atualizado da causa.
- d) Em caso de repetição de embargos protelatórios, a multa será elevada a até vinte por cento sobre o valor atualizado da causa.

DIREITO PENAL

Cristiano Rodrigues

Questão 58

Sentindo-se acuado por um cão de grande porte, e não tendo para onde fugir, o pedreiro Fabio abateu o animal com única marretada. Ocorre que o cão pertencia a João, era manso e, em busca de afagos, invadira o parque de obras no qual se encontrava Fabio. Considerando essa situação hipotética, é correto afirmar que a conduta de Fabio:

- a) não configurou infração penal punível, em razão de exclusão da ilicitude pela legítima defesa.
- b) não configurou infração penal punível, em razão de legítima defesa putativa pelo erro de proibição.
- c) não configurou infração penal punível, em razão de estado de necessidade putativo.
- d) configurou crime de dano doloso.

Questão 59

Flavio praticou o crime de apropriação indébita previdenciária (Art. 168 A CP), porém, após ser descoberto e recebida a denúncia pelo Ministério Público e ao final da ação penal, percebendo que seria condenado, realizou o pagamento integral dos débitos oriundos da falta de recolhimento de contribuições sociais. De acordo com jurisprudência dos tribunais superiores o magistrado deverá considerar que houve:

- a) uma causa de exclusão da tipicidade da conduta praticada.
- b) uma causa de extinção da punibilidade do fato.
- c) um indiferente penal, devendo ser condenado pelo fato
- d) circunstância atenuante da pena concreta a ser aplicada

Questão 60

A respeito dos crimes contra o patrimônio previstos no Código Penal analise as afirmativas a seguir:

I. Nos crimes contra o patrimônio, é isento de pena o autor que pratica o crime em prejuízo de ascendente ou descendente, salvo se houver emprego de grave ameaça ou violência à pessoa ou ainda se a vítima tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

II. Sempre que houver isenção de pena ao autor de crime contra o patrimônio, a isenção não se aplica ao estranho que participa do crime, mas para este haverá uma causa de diminuição da pena em grau que varia de 1/6 (um sexto) a 1/3 (um terço).

III. Nos crimes contra o patrimônio, se procede mediante representação se o crime é cometido em prejuízo de tio ou sobrinho, com quem o agente coabita, salvo se houver emprego de grave ameaça ou violência à pessoa, ou ainda se a vítima tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Assinale o item correto :

- a) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- b) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- c) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

Questão 61

Regina, grávida de 6 meses estava na direção de seu veículo automotor indo para casa quando colide, em face de uma desatenção momentânea ao olhar para seu celular, com um poste, sofrendo um corte na testa e causando, em razão do impacto sofrido, um aborto. Nessa situação, pode se afirmar que a conduta da gestante:

- a) corresponde ao delito de homicídio culposo do feto.
- b) corresponde ao delito de lesão corporal qualificado pela morte culposa do feto.
- c) corresponde ao delito de aborto culposo provocado pela gestante.
- d) não corresponde a qualquer fato típico punível, devido a inexistência de previsão legal para a modalidade culposa do crime de aborto.

Questão 62

Lucas e Rafael desejam matar Pedro, então resolvem que executarão o crime de homicídio através de envenenamento. Para tanto, Lucas, certificando-se que não havia ninguém perto da bancada de Pedro, coloca na bebida 0,1 ml de poderoso veneno. Logo em seguida chega Rafael, que também verifica a ausência de qualquer pessoa e adiciona ao café mais 0,1 ml do mesmo um outro veneno poderoso. Posteriormente, Pedro retorna à sua mesa e senta-se confortavelmente na cadeira para degustar o café lendo o jornal, como fazia todos os dias. Cerca de duas horas após a ingestão da bebida, Pedro vem a falecer. Ocorre que toda a conduta de Lucas e Rafael foi filmada pelas câmeras internas presentes na sala da vítima, as quais eram desconhecidas de ambos, razão pela qual a autoria restou comprovada. Também restou comprovado que Pedro somente morreu em decorrência da ação conjunta das duas doses de veneno, ou seja, somente 0,1 ml da substância não seria capaz de provocar o resultado morte.

Com base na situação descrita, é correto afirmar que:

- a) somente se Lucas e Rafael tivessem agido em acordo de vontades, é que ambos deveriam responder por homicídio qualificado doloso consumado.
- b) mesmo sem haver qualquer combinação prévia, Lucas e Rafael deveriam responder por homicídio qualificado doloso consumado.
- c) Lucas e Rafael, se tivessem agido sem acordo de vontades e em autoria colateral, deveriam responder por homicídio culposo consumado.
- d) Lucas e Rafael, mesmo agindo em concurso de pessoas, não poderiam responder pelo crime de homicídio qualificado doloso, devido a necessidade da soma dos venenos utilizados para causar a morte.

Questão 63

Gustavo, segurança da mais famosa rede de supermercados do Brasil, na véspera do domingo de Páscoa, percebeu que Marcos, pai de família desempregado, escondeu em sua mochila 2 ovos de Páscoa pequenos, no valor aproximado de R\$ 15,00 (quinze reais) cada. Ao tentar sair do estabelecimento, entretanto, Marcos é detido em flagrante delito pelo segurança, que posteriormente chama a polícia para o local:

A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- a) A conduta de Marcos não constitui crime, uma vez que este agiu em estado de necessidade, excludente de ilicitude.
- b) A conduta de Marcos não constitui crime, uma vez que o fato, embora formalmente constitua o crime de Furto, é materialmente atípico.
- c) A conduta de Marcos constitui crime, uma vez que se enquadra no artigo 155 do Código Penal e não estando presente nenhuma causa de exclusão de ilicitude ou culpabilidade, este deverá ser condenado pelo crime de furto.
- d) Embora sua conduta constitua crime, Marcos deverá ser absolvido, uma vez que a prisão em flagrante é nula, por ter sido realizada por um segurança particular e não por autoridade pública.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Ivan Marques

Questão 64

Gabriela, voltando de Orlando - EUA, traz diversas mercadorias que configurariam o crime de descaminho (art. 334 do CP), dentre elas, drones e placas de vídeo, sem o recolhimento dos tributos. Entra no país pela cidade de São Paulo (SP). Após o desembarque no Aeroporto de Congonhas, contrata uma chamada, via aplicativo, para se deslocar até a cidade de Salvador, no Estado da Bahia, para se hospedar em um hotel fazenda. A poucos metros do local de chegada, já na cidade de Salvador, é surpreendida por policiais militares do Estado da Bahia que participavam de uma operação de rotina. Os policiais, então, apreendem as mercadorias e conduzem Gabriela ao Distrito Policial da cidade. Diante dos fatos narrados, será competente para processar e julgar esse crime de contrabando:

- a) A Justiça Federal de São Paulo, local da chegada de Gabriela ao Brasil.
- b) A Justiça Federal de Bahia, local da apreensão da mercadoria.
- c) A Justiça Estadual de São Paulo, por força da espécie de mercadoria apreendida.
- d) A Justiça Estadual da Bahia, visto que a apreensão se deu por operação da polícia estadual da Bahia.

Questão 65

Miguel, juiz da 1.ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza, deparou-se com um processo criminal apurando um crime de lesão corporal dolosa praticada pelo marido contra a esposa. Narra a denúncia que Pablo, utilizando um cano de ferro, quebrou o braço de sua esposa por não suportar mais ficar em quarentena com a mulher. Pablo foi regularmente processado e, em audiência de instrução e julgamento, confessou a agressão. Em fase de alegações finais, a defesa do réu alegou a nulidade do processo por ausência de exame de corpo de delito, perícia obrigatória em crimes que deixam vestígios. O juiz, ao condenar o réu, descartou a alegação do advogado afirmando que a confissão do réu supriu a falta de perícia obrigatória. Sobre esse trecho da decisão, podemos afirmar que o juiz:

- a) agiu corretamente, pois a confissão do réu é a rainha das provas, deixando a perícia em segundo plano.
- b) agiu erroneamente, pois a confissão não pode suprir a falta de perícia em crimes que deixam vestígios.
- c) agiu corretamente, pois é o juiz que escolhe se o processo terá ou não perícia.
- d) agiu erroneamente, pois pedidos de nulidade da defesa devem sempre prosperar sob pena de violação da ampla defesa.

Questão 66

A respeito do prazo de conclusão do inquérito policial de réu preso, aponte a alternativa correta:

- a) Se a prisão decorrer de flagrante próprio, o inquérito só poderá durar até o término da audiência de custódia.
- b) Se a prisão for anterior à instauração do inquérito, após a instauração do procedimento administrativo de investigação preliminar, a liberação do preso será automática.
- c) Não é possível a decretação da prisão preventiva durante o inquérito policial, logo, nesse caso, sempre o inquérito policial terá a duração de 10 dias.
- d) Se a constrição decorrer de mandado de prisão temporária, o inquérito terá a duração da prisão temporária, mesmo que tenha duração superior a 10 dias.

Questão 67

A respeito dos procedimentos no processo penal, avalie as alternativas abaixo:

- O procedimento comum será ordinário ou sumário e o procedimento especial será sumaríssimo ou do júri.
- Na audiência de instrução e julgamento do rito ordinário, a ser realizada no prazo máximo de 60 dias, proceder-se-á à tomada de declarações do ofendido, à inquirição das testemunhas arroladas pela defesa e pela acusação, nessa ordem.
- Os processos que apurem a prática de crime hediondo terão prioridade de tramitação em todas as instâncias.
- Nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.

Marque a alternativa que corresponde à ordem correta das assertivas verdadeiras e falsas:

- a) V, V, F, F.
- b) F, F, V, V.
- c) V, V, V, F.
- d) F, V, V, V.

Questão 68

Valdecir, após ser pronunciado pelo crime de homicídio qualificado pela futilidade, foi acusado de matar seu vizinho após o mesmo bater seu recorde nacional em um jogo online de videogame. Foi condenado pelo Conselho de Sentença ao crime de homicídio simples e o Juiz-Presidente proferiu sentença. Ocorre que, durante o julgamento em Plenário do Júri, sem qualquer motivo concreto, o juiz decidiu manter o réu algemado durante todo o julgamento. No momento da lavratura da sentença, causou perplexidade à defesa o fato de o juiz ter incluído a qualificadora da futilidade, mesmo após ter sido votada de maneira negativa pelos jurados. Diante do caso concreto, apresente as opções recursais da defesa no momento da apelação:

- a) Nulidade pelas algemas imotivadas e decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos.
- b) Nulidade pelas algemas imotivadas e erro na dosimetria da pena.
- c) Nulidade pelas algemas e decisão do juiz presidente contrária ao veredicto dos jurados.
- d) Nulidade pelas algemas e decisão do juiz presidente contrária ao texto de lei.

Questão 69

Josias, diagnosticado com o vírus da Covid-19, recebeu instruções médicas diretas para permanecer em isolamento, por razões sanitárias. Foi informado que há uma lei proibindo pessoas em quarentena de circularem pelas cidades. Após 25 minutos trancado em sua residência, fica totalmente descontrolado pelo confinamento e sai correndo pelas ruas gritando: "não aguento mais ficar de quarentena!". Assustados com a cena, os vizinhos acionam uma viatura que passava pelo local e Josias é preso em flagrante próprio pelo crime de infração de medida sanitária preventiva, crime do art. 268 do Código Penal, com pena de detenção, de um mês a um ano, e multa. A respeito da situação de Josias, aponte a alternativa correta:

- a) por ser uma infração de menor potencial ofensivo, Josias não ficará preso, sendo liberado após assinar o respectivo termo circunstanciado.
- b) por ser um crime contra a saúde pública e pelo número de mortes que a sua irresponsabilidade pode gerar, não se admitirá fiança por ser crime hediondo.
- c) o juiz não poderá conceder a liberdade provisória durante a audiência de custódia, pela hediondez do delito.
- d) no caso de Josias, por violação de medida sanitária, somente o juiz poderá arbitrar fiança, sendo vedado à autoridade policial seu arbitramento.

DIREITO DO TRABALHO

Priscila Ferreira

Questão 70

Uma sociedade empresária do ramo de publicidade publicou um anúncio em jornal de grande circulação informando que admitiria vários profissionais para o seu quadro de funcionários, a título de contrato de experiência, desde que comprovada a seguinte exigência profissional: para designer, experiência comprovada de cinco meses na função; para estoquistas, experiência comprovada de um ano na função; para auxiliar de limpeza, experiência comprovada de dois meses na função; e para auxiliar administrativo, experiência mínima de dois anos na função.

Diante da situação apresentada e nos termos da CLT, assinale a alternativa correta:

- a) A exigência de experiência prévia em relação aos estoquistas e designer são inválidas, já que se veda tal exigência por tempo superior a 1 (um) ano.
- b) A exigência de experiência prévia em relação aos auxiliares de limpeza e designer são inválidas já que se veda tal exigência por tempo superior a 4 (quatro) meses.
- c) A exigência de experiência prévia em relação aos auxiliares administrativos e designer são inválidas, já que se veda tal exigência por tempo superior a 2 (dois) meses.
- d) A exigência de experiência prévia em relação aos auxiliares administrativos e estoquistas são inválidas, já que se veda tal exigência por tempo superior a 6 (seis) meses.

Questão 71

Lindinalva era secretária em uma academia havia 13 anos. O empregador, desejoso de reduzir seu quadro de funcionários, lançou, em março de 2020, um programa de demissão voluntária, com regras claras e objetivas, fixadas em acordo coletivo assinado com o sindicato de classe dos empregados, ou ainda, a possibilidade de extinção do contrato de trabalho por acordo entre as partes.

Lindinalva o procura, por ter dúvidas em qual modalidade de extinção deverá adotar. E após longa conversa com sua família, ela opta por aderir a extinção por acordo entre as partes.

Diante da situação apresentada, assinale a alternativa correta.

- a) No distrato, Lindinalva fará jus a metade do aviso prévio, se indenizado, e férias; metade da indenização sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; e na integralidade, as demais verbas trabalhistas. Nesta hipótese fará jus ao seguro desemprego.
- b) No distrato, Lindinalva fará jus a metade da indenização sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; e na integralidade, as demais verbas trabalhistas. Nesta hipótese não fará jus ao seguro desemprego.
- c) No distrato, Lindinalva fará jus a metade do aviso prévio, décimo terceiro e férias; metade da indenização sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; e na integralidade, as demais verbas trabalhistas. Nesta hipótese não fará jus ao seguro desemprego.

d) No distrato, Lindinalva fará jus a metade do aviso prévio, se indenizado; metade da indenização sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; e na integralidade, as demais verbas trabalhistas. Nesta hipótese não fará jus ao seguro desemprego.

Questão 72

Na CIPA existente em uma sociedade empresária, o empregado Wesley Safadão foi indicado pelo empregador; e o empregado Xororó, eleito pelos empregados da empresa. Ambos tomaram posse e logo em seguida foram dispensados pelo empregador. Em razão disso, ajuizaram reclamação trabalhista plúrima com pedido comum de reintegração.

Diante do caso apresentado, como advogado(a) da sociedade empresária, assinale a alternativa correta.

- a) Apenas o empregado Xororó possui estabilidade no emprego; em contrapartida, o empregado Wesley não possui qualquer garantia no emprego.
- b) O empregado Xororó e Wesley possuem garantia no emprego, desde o registro da candidatura até um ano após o fim do mandato.
- c) Apenas o empregado Wesley Safadão não é portador de estabilidade provisória, uma vez que não eleito pelos empregados, mas sim indicado pelo empregador.
- d) O empregado Xororó e Wesley não possuem garantia no emprego, já que a estabilidade é reservada apenas aos dirigentes sindicais.

Questão 73

Pietro, funcionário da sociedade empresária Beef Nobres Ltda., pediu demissão do emprego, informando que cumpriria o aviso prévio com trabalho, o que de fato ocorreu. Findo o contrato, Pietro ajuizou reclamação trabalhista afirmando que durante o aviso prévio não teve a redução da sua jornada em duas horas diárias nem se ausentou por sete dias corridos, razão pela qual requereu o pagamento de novo aviso prévio e sua integração para todos os fins.

Diante da situação apresentada, assinale a alternativa correta.

- a) O empregado não está correto em suas alegações, haja vista que após o pedido de demissão, o aviso prévio será obrigatoriamente indenizado.
- b) O empregado está correto em suas alegações, já que sob sua escolha, deveria se reduzir a jornada ou autorizar a sua ausência por sete dias.
- c) O empregado não está correto em suas alegações, já que diante do pedido de demissão, o empregado fica dispensado de cumprir aviso prévio.
- d) O empregado não está correto em suas alegações, já que a redução da jornada, ou, a ausência ao serviço por sete dias, no decorrer do aviso prévio, só é cabível quando o empregado é dispensado pelo empregador sem justa causa.

Questão 74

Adriana Esteves foi contratada no dia 27 de janeiro de 2020 como operador de caixa em um supermercado. Quando da admissão, a empregada recebeu o uniforme da sociedade empresária, sendo que, na camisa, havia a logomarca de três parceiros comerciais do supermercado: a de uma fabricante de massas, uma indústria de limpeza e a de uma produtora de achocolatados. Adriana foi cientificada de que deveria manter, por sua conta, o uniforme limpo e asseado, para se adequar ao padrão esperado pela sociedade empresária.

Diante da situação apresentada e dos termos da CLT, assinale a alternativa correta.

- a) A higienização de uniforme de uso comum é de responsabilidade do empregador.
- b) A higienização de uniforme de uso comum é de responsabilidade do empregado, e de ressarcimento obrigatório pelo empregador.
- c) A higienização de uniforme de uso comum é de responsabilidade do empregado, apenas quando houver previsão contratual, neste sentido.
- d) A higienização de uniforme de uso comum é de responsabilidade do empregado, salvo nas hipóteses em que forem necessários procedimentos ou produtos específicos.

Questão 75

Marília Mendonça, executiva geral, trabalhou para a sociedade empresária Live Boa S/A, de 17/12/2019 a 25/03/2020. Cumpria jornada das 8h às 17h, de segunda a sexta-feira, e aos sábados, de 8h às 12h. De segunda a sexta-feira, deveria ter intervalo de uma hora, mas, em razão do grande volume de “lives” no Instagram, apenas conseguia desfrutar de 40 minutos para fins de refeição e descanso.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta:

- a) O intervalo suprimido, 20 minutos, deverá ser indenizado, e com acréscimo de 100%, diante de sua natureza salarial.
- b) O intervalo suprimido, 20 minutos, deverá ser indenizado, e com acréscimo de 50%, frente a sua natureza indenizatória.
- c) O intervalo deverá ser indenizado em sua integralidade, 1 hora, e com acréscimo de 50%, diante de sua natureza indenizatória.
- d) O intervalo deverá ser indenizado em sua integralidade, 1 hora, e com acréscimo de 50%, diante de sua natureza salarial.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Priscila Ferreira

Questão 76

A padaria Doces Sonhos foi acionada em uma reclamação trabalhista por seu ex-empregado Zeus, que postulou por pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Na audiência UNA realizada,

- a) as partes deverão comparecer, acompanhadas dos respectivos advogados, sob pena de adiamento para outra sessão.
- b) ausente a parte reclamada, ainda que presente o seu advogado na audiência, não serão aceitos a contestação e os documentos eventualmente apresentados, sendo aplicada a revelia.
- c) é permitido ao empregador fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que, não precisa ser empregado da parte reclamada, tenha conhecimento do fato e cujas declarações obrigarão o proponente.
- d) caso o juiz não tenha comparecido até trinta minutos após a hora marcada, os presentes poderão retirar-se, aguardando a designação de nova audiência.

Questão 77

Na reclamação trabalhista “X” o valor da causa é R\$ 100.000,00. Durante a tramitação processual, as partes celebraram um acordo no valor total de R\$ 70.000,00, convencionando que as custas processuais serão pagas pela empresa reclamada. Nesse caso, as custas processuais devidas pela empresa são de

- a) 2% sobre o valor da causa.
- b) 2% sobre o valor do acordo.
- c) 1% sobre o valor do acordo.
- d) 1% sobre o valor da causa.

Questão 78

Olívia ajuizou reclamação trabalhista em face da sua ex-empregadora, mas não compareceu à audiência UNA designada, acarretando o arquivamento da ação. O juiz deferiu-lhe os benefícios da justiça gratuita, mas condenou-a ao pagamento de custas processuais calculadas na forma da lei. Se Olívia tiver a intenção de ajuizar nova reclamação

- a) deverá comprovar o pagamento das custas processuais da ação arquivada, uma vez que poderia ter justificado sua ausência na própria audiência, por meio de seu advogado ou representante legal.
- b) não precisará comprovar o pagamento das custas processuais da ação arquivada, uma vez que é beneficiária da justiça gratuita, sendo sua única finalidade a perda, pelo prazo de 9 meses do direito de reclamar perante a Justiça do Trabalho.
- c) deverá comprovar o pagamento das custas processuais da ação arquivada ou comprovar em quinze dias do arquivamento que a ausência ocorreu por motivo legalmente justificável, requerendo sua isenção do pagamento.
- d) não precisará comprovar o pagamento das custas processuais da ação arquivada, uma vez que é beneficiária da justiça gratuita, sendo sua única penalidade a perda, pelo prazo de 6 meses do direito de reclamar perante a Justiça do Trabalho.

Questão 79

De acordo com a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), aberta a audiência de julgamento, o juiz ou presidente proporá a conciliação e no caso de haver a conciliação o termo que for lavrado valerá como decisão irrecurável. A respeito do termo de conciliação, assinale a alternativa correta.

- a) O termo de conciliação não se torna irrecurável para o empregado se ele comprovar que o acordo lhe causou ou causará prejuízo.
- b) O termo de conciliação não se torna irrecurável para a Previdência Social, que poderá recorrer mesmo que não houver dívidas relativas às contribuições previdenciárias.
- c) O termo de conciliação se torna irrecurável, mesmo para a Previdência Social, quanto às contribuições que lhe forem devidas.
- d) De acordo com o entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, o termo de conciliação só será impugnável através de Ação Rescisória.

Questão 80

Ernesto ajuizou reclamação trabalhista em face da Empresa “T”, dando à causa o valor de R\$ 20.000,00. Na audiência designada, o advogado de Ernesto informou que sua testemunha Joana, convidada oralmente, não compareceu, razão pela qual requereu a designação de nova data para realização da audiência. Neste caso, o Juiz deverá

- a) indeferir a designação de nova data para a audiência, pois Ernesto deveria ter arrolado sua testemunha cinco dias antes da data de sua realização.
- b) indeferir a designação de nova data para audiência, pois Ernesto deveria comprovar documentalmente o convite para sua testemunha.
- c) indeferir a designação de nova data para a audiência, pois Ernesto deveria ter arrolado suas testemunhas com a petição inicial, o que não fez.
- d) deferir a designação de nova audiência, pois no processo trabalhista as testemunhas comparecerão à audiência independentemente de notificação ou intimação, podendo ser intimadas as que não comparecerem, a requerimento da parte.



Estratégia

OAB